

**Atena**  
Editora  
Ano 2021



# Ciência Política: Poder e Establishment

Elói Martins Senhoras  
(Organizador)

**Atena**  
Editora  
Ano 2021



# **Ciência Política:** Poder e Establishment

Elói Martins Senhoras  
(Organizador)

**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da Capa**

Shutterstock

**Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais  
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein  
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz  
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista



**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecária:** Janaina Ramos  
**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Flávia Roberta Barão  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizador:** Elói Martins Senhoras

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

C569 Ciência política: poder e establishment / Organizador Elói Martins Senhoras. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-784-0

DOI 10.22533/at.ed.840211002

1. Ciência política. 2. Poder. 3. Establishment. I. Senhoras, Elói Martins (Organizador). II. Título.

CDD 320

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

## APRESENTAÇÃO

O campo epistemológico das Ciências Políticas possui uma incremental evolução histórica nos últimos cinco séculos permeada por uma crescente absorção e replicação de métodos, teorias e conceitos para a análise do poder e das ações políticas, razão pela qual é identificado por uma pluralidade de influências e enfoques propositivos.

Partindo da ampla capacidade dialógica de um campo científico relativamente aberto à pluralidade dialógica, o presente livro “Ciência Política: Poder e *Establishment*” apresenta uma instigante agenda de diferenciados estudos políticos sobre um conjunto amplo de temas da realidade política internacional e nacional.

O objetivo desta obra é apresentar a riqueza do campo científico das ciências políticas a partir de uma abrangente agenda de estudos que valoriza a pluralidade temática, metodológica e teórica para analisar a realidade do poder e da ação política humana em diferentes escalas espaciais e periodizações temporais.

Fruto de um trabalho coletivo desenvolvido por um conjunto de praticamente duas dezenas de pesquisadoras e pesquisadores, oriundos das macrorregiões do Norte, Nordeste, Sul e Sudeste do Brasil, bem como da Colômbia, este livro faz um imersivo estudo sobre distintas realidades políticas com base em diferenciadas experiências e formações profissionais ligadas diretamente ou indiretamente ao campo das Ciências Políticas.

Estruturado em 15 capítulos, este livro apresenta relevantes pesquisas que coadunam de uma mesma lógica dedutiva, partindo da abstração teórica no campo epistemológico da Ciência Política até chegar à empiria de estudos de caso, embora trazendo uma pluralidade de diferentes recortes histórico-teórico-metodológicos para a análise.

A natureza exploratória, descritiva e explicativa dos estudos do presente livro combina distintas abordagens qualitativas, paradigmas teóricos e recortes metodológicos de levantamento e análise de dados, os quais proporcionam uma imersão aprofundada em uma agenda eclética de estudos.

Os diferenciados debates apresentados nesta eclética obra foram aglutinados em quadro grandes eixos temáticos, identificados respectivamente por relevantes agendas contemporâneas de estudos sobre as relações internacionais, relações intergovernamentais, aparelho de estado, sistemas de governança, bem como participação e contestação política.

Alicerçado na pluralidade do pensamento, no estado da arte e na capacidade dialógica dos estudos com a fronteira do conhecimento no campo das Ciências Políticas, este livro traz significativos subsídios para analisar e interpretar a realidade contemporânea do local ao internacional, propiciando uma rica experiência teórica e metodológica para um amplo público de leitores.

Excelente leitura!

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
AMÉRICA LATINA: ENTRE O PASSADO E O PRESENTE COLONIAL Raphael Colvara Pinto DOI 10.22533/at.ed.8402110021	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>10</b>
LE ÉLITE POLÍTICA COLOMBIANA Y EL DEBATE DE LAS REGALÍAS PARA CIENCIA Y TECNOLOGÍA. ¿DISTRIBUCIÓN DE UNA RENTA O DESARROLLO BASADO EN EL CONCIMIENTO? Ricardo Gómez Giraldo DOI 10.22533/at.ed.8402110022	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>20</b>
A CONSTRUÇÃO DO REGIME INTERNACIONAL PARA REFUGIADOS: DESAFIOS E OBSTÁCULOS EXISTENTES NO BRASIL Camila Santos Barros Moura DOI 10.22533/at.ed.8402110023	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>31</b>
COMO LEGITIMAR UMA OCUPAÇÃO: A INTERVENÇÃO ESTADUNIDENSE NO IRAQUE NA PERSPECTIVA DA VEJA (2003) Juan Filipi Garcês DOI 10.22533/at.ed.8402110024	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>41</b>
QUEM SE IMPORTA COM TAIWAN? NOVAS PERSPECTIVAS Vinícius Azevedo Barbosa DOI 10.22533/at.ed.8402110025	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>53</b>
LEGITIMIDADE ESTATAL E DILEMAS DA MODERNIDADE. A MCDONALDIZAÇÃO DO ESTADO MODERNO E OS SEUS IMPACTOS NA RECONFIGURAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL Sérgio Czajkowski Júnior DOI 10.22533/at.ed.8402110026	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>65</b>
IDEIAS E INTERESSES NO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DOS GOVERNOS ESTADUAIS Vinicius Boechat Tinoco DOI 10.22533/at.ed.8402110027	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>77</b>
A RELAÇÃO EXECUTIVO-LEGISLATIVO NA ESFERA LOCAL: O CASO DO MUNICÍPIO DE BAIÃO (PARÁ) NOS GOVERNOS JANDIRA (2005-2008) E SACI (2009-2012) Marcos Antonio Barros Pina Junior	

Fabio Alessandro Xavier de Sousa

DOI 10.22533/at.ed.8402110028

**CAPÍTULO 9..... 95**

A CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE SOROCABA E DE SEUS MUNICÍPIOS - UMA CONTRIBUIÇÃO À GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO

Francisco Carlos Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.8402110029

**CAPÍTULO 10..... 111**

INTERSETORIALIDADE, CONTROLE PÚBLICO E SAÚDE: UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS ATORES DA DÉCIMA QUINTA CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE

Eduardo Moreira da Silva

Danúbia Godinho Zanetti

Ciro Antônio da Silva Resende

DOI 10.22533/at.ed.84021100210

**CAPÍTULO 11..... 128**

A OFENSIVA EMPRESARIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: METAMORFOSES DO “TERCEIRO SETOR”

Adelaide Ferreira Coutinho

DOI 10.22533/at.ed.84021100211

**CAPÍTULO 12..... 141**

ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA ATRAVÉS DO DISCURSO DE ÓDIO E DA POLARIZAÇÃO NA DEMOCRACIA

Ana Paula Schneider da Silva

Fernanda Viana Falkoski

DOI 10.22533/at.ed.84021100212

**CAPÍTULO 13..... 146**

NEM TODA LEGALIDADE É JUSTA, NEM TODO ESTADO É DE DIREITO DEMOCRÁTICO: O GOLPE DA JUSTIÇA INÍQUA, PARCIAL E ARBITRARIA

Nila Michele Bastos Santos

DOI 10.22533/at.ed.84021100213

**CAPÍTULO 14..... 153**

MINERAÇÃO E CONFLITOS PELA POSSE DA TERRA EM CANAÃ DOS CARAJÁS: O CASO DO ACAMPAMENTO PLANALTO SERRA DOURADA

Marcelo Melo dos Santos

Thiago Martins da Cruz

Rafael Rodrigues Lopes

DOI 10.22533/at.ed.84021100214

**CAPÍTULO 15..... 165**

PROGRAMA JOVEM APRENDIZ COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO

SOCIOECONÔMICO ENTRE GAROTAS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO

João Victor Mendes Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.84021100215

**SOBRE O ORGANIZADOR..... 176**

**ÍNDICE REMISSIVO..... 177**

# CAPÍTULO 8

## A RELAÇÃO EXECUTIVO-LEGISLATIVO NA ESFERA LOCAL: O CASO DO MUNICÍPIO DE BAIÃO (PARÁ) NOS GOVERNOS JANDIRA (2005-2008) E SACI (2009-2012)

*Data de aceite: 01/02/2021*

**Marcos Antonio Barros Pina Junior**

<http://lattes.cnpq.br/3945137011592301>

**Fabio Alessandro Xavier de Sousa**

<http://lattes.cnpq.br/3881854906418531>

**RESUMO:** A relação entre os poderes Executivo e Legislativo passaram a ter uma atenção diferenciada nos estudos da Ciência Política. A partir disso e observando a necessidade de mais pesquisas sobre o assunto no âmbito dos municípios, parte-nos a intenção de pesquisar esta relação em um município que foge das características encontradas nos trabalhos sobre este campo. Esta pesquisa analisa a relação entre o poder executivo e o poder legislativo em um município com menos de 50 mil habitantes e com um número reduzido de parlamentares em relação a cidades de médio e grande porte, em especial na Amazônia brasileira. O município de Baião no Pará é o campo de estudo em dois períodos com prefeitos e vereadores distintos, analisou-se a relação entre poderes e suas influências na gestão pública e no desenvolvimento da produção parlamentar. Com os resultados obtidos concluímos que mesmo através de diferentes modos e atores, segue-se um modelo de interação nas construções de maiorias, pouco diferindo um do outro, porém com resultados eleitorais dessemelhantes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Relação Executivo-Legislativo. Poder Local. Governo.

**ABSTRACT:** The relationship between the Executive and Legislative powers has come to have a differentiated attention in the studies of Political Science. From this and observing the need for more research on the subject within the scope of the municipalities, we intend to research this relationship in a municipality that differs from the characteristics found in the works on this field. This research analyzes the relationship between the executive and the legislative powers in a municipality with less than 50 thousand inhabitants and with a reduced number of parliamentarians in relation to medium and large cities, especially in the Brazilian Amazon. The municipality of Baião in Pará is the field of study in two periods with different mayors and councilors, the relationship between powers and their influences on public management and the development of parliamentary production was analyzed. With the results obtained we conclude that even through different modes and actors, an interaction model is followed in the construction of majorities, little differing from each other, but with dissimilar electoral results.

**KEYWORDS:** Legislative; Executive; Local sphere.

### INTRODUÇÃO

Este trabalho consiste em uma análise realizada sobre as relações entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo na esfera local, onde o município de Baião, no Pará, foi o campo de pesquisa. Analisa a relação dos prefeitos com a câmara municipal durante dois mandatos,

de 2005-2008 e 2009-2012, verificando os métodos de interação da casa legislativa e do executivo neste período.

Como base teórica destacamos os trabalhos de Maria Kerbauy, Fabiano Santos, de Sergio Abrantes, Cláudio Couto, Joffre Neto, Bruno Caetano, além de Argelina Figueredo e Fernando Limongi, que serviram como base para todos estes, devido ao seu vasto trabalho. Ainda, realizamos entrevistas com alguns ex- vereadores, com os ex-prefeitos de cada período e também com alguns secretários de governo para que pudéssemos extrair informações que venham fugir dos dados colhidos e da bibliografia e com isso nos guiar para entendimento e conclusão do assunto. Consultamos atas de sessões, a lei Orgânica do Município e o Regimento Interno da Câmara. Com isso, o trabalho foi estruturado da seguinte maneira:

No eixo 1 discutiremos acerca do referencial teórico, utilizando os principais trabalhos sobre a relação Executivo-Legislativo.

No eixo 2 teremos um pequeno histórico do município de Baião, com destaque para o período em estudo.

No eixo 3 analisamos a relação entre os poderes, a produção, os resultados eleitorais e nossas conclusões.

## **1 | MARCO TEÓRICO**

### **1.1 Sistema de Governo no Brasil**

Quanto ao sistema de governo, o presidencialismo brasileiro funciona tendo o chefe do poder executivo e os membros do legislativo eleitos de forma direta para um determinado período de mandatos regulares, sendo que, a partir de 1997 até a conclusão deste trabalho, os chefes do executivo podem se reeleger apenas uma vez consecutiva e os membros do legislativo por vezes indeterminadas.

A constituição de 1988 que rege essas regras, concede aos chefes do Executivo o veto parcial ou total aos projetos de lei, permitindo ainda a prerrogativa de editar medidas provisórias, as chamadas MPs. Este é um mecanismo que abre espaço para que o executivo se sobreponha ao legislativo, no entanto, sem desprezar sua importância, não falaremos sobre este mecanismo institucional, devido a inexistência do mesmo no objeto desta pesquisa.

No Brasil, por conta de sua dimensão territorial, há a divisão de Unidades Federativas, os chamados Estados, exatamente como nos Estados Unidos, por exemplo. Existe ainda um Distrito Federal, que assim como os Estados possui Assembleia Legislativa para exercer sua função neste território e um Governador como chefe do executivo.

A Câmara Municipal e sua relação com a Prefeitura do Município é que trabalhamos nesta pesquisa.



## 1.2 A Relação Executivo – Legislativo no Brasil

É quase consenso, segundo bibliografia, entre nossos referenciais teóricos que o poder executivo exerce uma forte influência na agenda legislativa. Sobre isso, Figueiredo e Limongi (1999) ao analisar esta relação a nível federal após a constituição de 1988 aponta:

“... Resultados apresentados neste livro questionam as conclusões e inferências encontradas na literatura comparada e nacional acerca do funcionamento do sistema político brasileiro. Não encontramos indisciplina partidária nem tampouco um Congresso que agisse como um *veto player* institucional. Os dados mostram, isto sim, forte e marcante preponderância do Executivo sobre um Congresso que se dispõe a cooperar e vota de maneira disciplinada.” (Figueiredo e Limongi. p. 20.)

Santos (1997) parte para a análise da relação levando em consideração o poder de agenda e a patronagem utilizada pelo Poder Executivo e adotada com mecanismos de controle e negociação produção legislativa, mas principalmente quanto ao equilíbrio necessário do perfil fiscalizador do mesmo, na medida que não venha a gerar conflitos.

O poder de agenda cumpre um papel decisivo: serve para encurtar o tempo de tramitação das propostas, com a apresentação de pedidos de urgência; serve para evitar a entrada de projetos de lei inaceitáveis, devido a exclusividade da iniciativa do Executivo em projetos de natureza orçamentária e fiscal; (SANTOS, 2003)

Podemos observar que a fragilidade de partidos aliada ao interesse de cada um em atender suas demandas pessoais e de suas bases eleitorais são os principais motivos para que os parlamentares, venham a desenvolver esse horizonte temporal citado por Santos (1997), além da necessidade de ficar ao lado da opinião pública em determinados períodos e com isso não ter perdas políticas.

A manutenção da boa relação entre executivo e legislativo depende exclusivamente do governo, mantendo os acordos e compromissos negociados para que em momentos de crise possa também ficar sob a égide do legislativo, o qual pode, inclusive, decidir o futuro de um governo.

Abranches mostra que o maior risco no desempenho da coalisão está na hora da decisão de implementar políticas, onde o conflito é muito alto e a tendência é sempre o governo retirar do seu programa mínimo os compromissos das alianças, especialmente nas decisões mais difíceis, adiando-as para outras fases do processo decisório.

Amorim Neto (2000) coloca a questão em cheque afirmando que, devido a fragmentação, a indisciplina partidária é um dos principais motivos da cobrança do atendimento de diversas demandas, as quais ele chama de paroquiais, por parte do legislativo em relação ao executivo, tornando este lento e com baixo êxito nas suas medidas propositivas.

Porém, Figueiredo e Limongi (1996) nos mostra que o pluripartidarismo não parece

ter representado um obstáculo tão grande para os presidentes estudados por eles, nem o comportamento individualista dos parlamentares representou ser outro obstáculo, já que o levantamento mostra que os partidos têm coesão considerável nos encaminhamentos que seus líderes fazem a seus parlamentares, ou seja, acabam na maioria das vezes acompanhando o voto partidário.

Como podemos ver, o diagnóstico de Figueiredo e Limongi contestam outros diagnósticos negativos sobre o desempenho da relação executivo-legislativo no Brasil pós-constituição de 1988, considerando, inclusive, que o Executivo possui um considerável sucesso legislativo em sua agenda.

Isso evidencia com dados que existe disciplina partidária, pois a forma de construção do governo se dá através da distribuição de ministérios aos partidos, assim como no parlamentarismo, o que não torna tão distante a parlamentarismo e presidencialismo.

Claudio Couto (1998) escreve que existe uma tradição fisiológica no Brasil e que uma das suas principais causas seria o presidencialismo dentro das regras institucionais vigentes, as quais segundo ele, não propicia uma atuação responsável dos parlamentares.

O autor constata que a fragilidade partidária seria um dos fatores que leva os parlamentares a buscar atendimento a suas demandas localizadas de suas bases eleitorais. Foi observado que houve um loteamento nas administrações regionais na gestão Jânio Quadros em São Paulo, de 1986 a 1988.

Já no caso de sua sucessora, Luiza Erundina, de 1989 a 1982, foi observado inicialmente uma quebra de padrão, onde ao invés de formar uma maioria através de coalizção, observa-se uma opção do executivo por negociações pontuais (NP), como chama o autor, onde destacamos a liberação de emendas no orçamento em detrimento ao apoio em projetos de iniciativa do executivo.

Foi constatado que devido ao agravamento das disputas entre oposição e situação, o governo Erundina acabou cedendo gradativamente ao modelo distributivista e tradicional que outrora era negado e aparentemente improvável de acontecer na gestão petista.

Sobre os municípios, podemos destacar o trabalho de Lopez (2004) que, ao analisar o cotidiano dos vereadores em Araruama, Rio de Janeiro, encontra mais uma vez a preponderância do executivo a legislativo devido aos dispositivos os quais ele possui para favorecer os vereadores em detrimento de suas bases, com isso alocar o maior apoio possível dos parlamentares na câmara.

O autor mostra que a relação dos vereadores com a população é basicamente assistencialista, muito próxima da população e com isso aumentando as relações de troca de favores entre vereadores e eleitores.

A percepção da população, segundo ele, é de que o vereador não é visto como fiscalizar, como propositor, mas sim como aquele que ajuda a resolver os problemas pessoais de seus eleitores e potenciais eleitores.

Já Caetano (2005) ao estudar a dinâmica dessa relação no município de São Paulo

tenta contrapor a literatura que afirma que a relação executivo-legislativo não incentiva a cooperação, questionando o modelo distributivista, confrontando que a coordenação do processo legislativo é feita pelos líderes partidários, sobretudo o líder de governo, pois os mesmos possuem melhores condições e negociar com o executivo, com isso as negociações tendem a ter mais sucesso do que as de forma individualizada dos vereadores.

## **21 AS RELAÇÕES POLÍTICAS NO MUNICÍPIO DE BAIÃO (2005-2012)**

### **2.1 Contexto Histórico-Municipal**

O município de Baião fica localizado a 270 quilômetros da capital do Pará, Belém, na sub-região de integração do Baixo Tocantins, com uma área territorial de 3.758,27 Km<sup>2</sup> e uma população de aproximadamente 46.995 habitantes<sup>1</sup> e 21 530 eleitores até a conclusão da pesquisa.

Apesar de continuar sendo um município com baixa densidade populacional e contribuir timidamente com o PIB do Estado, Baião possui uma história de forte influência na formação econômica do Pará, tendo influenciado diretamente a formação de municípios importantes para a economia, como Tucuruí, Marabá e Conceição do Araguaia, todos surgindo e se desenvolvendo dentro do território de Baião até suas devidas emancipações políticas. Além disso, possui uma das maiores comunidades de remanescentes quilombolas<sup>2</sup> do país, localizada na margem esquerda do Rio Tocantins, ao longo da rodovia Transcmetá (BR-422).

Assim como a maioria dos municípios paraenses, devido à baixa arrecadação de impostos, Baião depende de repasses de verbas federais como a do FPM-Fundo de Participação dos Municípios para a manutenção dos serviços públicos e custos com pessoal, além de depender dos investimentos do Governo Federal e Estadual para a realização de grandes obras de infraestrutura ou incentivos à produção agrícola e financiamentos para projetos de piscicultura e produção de palma de dendê para o beneficiamento de óleo para produção de biocombustível.

Por fim, na questão política-histórica no município, Baião teve 10 (dez) intendentess entre 1890 e 1930, na República Velha, 11 (onze) prefeitos na República Nova e de 1945 até a conclusão desta pesquisa 19 (dezenove) prefeitos.

É necessário entender o funcionamento do sistema político para compreender as interações nele existentes desde as eleições e durante os mandatos. Após esse breve histórico, no decorrer deste eixo explicaremos a formação das coalizões desde as eleições e durante o mandato e, por fim, entender os padrões de interação e seus resultados.

---

<sup>1</sup> IBGE 2017

<sup>2</sup> As comunidades de Umarizal, Arequembaua, Pampelônia, Bailique, Igarapé Preto e Baixinha foram quilombos que serviram de locais de fuga para os escravos de Cameté. Posteriormente, para evitar a fuga dos escravos para a região de Goiás, foi instalado a localidade denominada Alcobaça, onde hoje está situada a cidade de Tucuruí.

## 2.2 As Eleições Municipais de 2004

Em Baião, nas eleições de 2004 para prefeito três chapas concorreram, saindo vitoriosa a Chapa Jandira do Pilar do PMDB, tendo como vice o Saci, do PT, em uma coligação que contou com sete partidos, conforme o quadro a seguir:

CHAPA	COLIGAÇÃO	VOTOS VALIDOS
<b>JANDIRA DO PILAR</b> <b>VICE: SACI</b>	PMDB, PT, PC do B, PTB, PFL, PSB E PL	5.814 VOTOS (47,5%)
<b>JADIR NOGUEIRA VICE:</b> <b>ANTÔNIO</b> <b>FERNANDO</b>	PT do B, PDT, PPS	3.307 VOTOS (27%)
<b>FRANCISCO RAMOS</b> <b>VICE: MARIA MOURA</b>	PSDB, PP, PSL	3.127 VOTOS (25,5%)

Quadro II: RESULTADO DAS ELEIÇÕES 2004

Fonte: elaboração própria com dados do TRE

A vitória na eleição foi sobre o até então desconhecido Jadir Nogueira, do PT do B que tinha como vice o vereador Antônio Fernando do PDT, além de derrotar o ex- prefeito Francisco Ramos, do PSDB, o qual já havia exercido três mandatos de prefeito e um de deputado estadual, possuindo grande influência na política local.

A vitória de Jandira exigiu muita habilidade política para garantir apoio de políticos influentes do estado como Jader Barbalho e Elcione Barbalho que abraçaram a candidatura com afinco, inclusive participando de carreatas e comícios. Isto foi possível e necessário por conta do baixo apoio recebido pelo seu maior adversário político, Francisco Ramos, o qual foi apoiado pelo governador Simão Jatene, do mesmo partido.

Com a corrida eleitoral sinalizando uma polarização entre as duas maiores lideranças políticas do município, naquele momento, que foi influenciada pela disputa estadual de outras lideranças, eis que Jadir Nogueira, até então conhecido apenas por ser filho do vereador Diquitão, se destaca por uma estratégia a qual se aproveitou da disputa política de Jandira e Francisco Ramos, sendo a opção dos indecisos e com isso chegando ao segundo lugar na eleição e lhe garantindo um bom ganho político para futuras disputas.

<b>Coligação PMDB, PT, PC do B, PTB, PFL, PSB E PL</b>	<b>Coligação PT do B, PDT, PPS</b>	<b>Coligação PSDB, PP, PSL</b>
<b>Bolo – PSB</b>	Homero – PT do B	Ajax Ramos – PSL
<b>Wanderlei – PMDB</b>	Ronilson Lopes – PDT	Haroldo Brito – PSDB
<b>Goianinho – PT</b>		
<b>Gerson Barros – PMDB</b>		
<b>Fredson Cal – PTB</b>		

Quadro III – VEREADORES ELEITOS EM 2004

Fonte: Elaboração própria a partir de dados colhidos no TRE

É importante ressaltar que, apesar do então candidato Ronilson compor a Coligação que na eleição majoritária tinha como candidato a prefeito Jadir Nogueira, o candidato esconde em seu material de campanha o nome do candidato a prefeito e o vice, que era de seu partido, o PDT.

Após a posse, na primeira sessão, foi eleita a nova mesa diretora da câmara para o primeiro biênio, ficando sob a presidência de Gerson Barros, do PMDB. No segundo biênio, onde a mesa é constituída na última sessão do primeiro biênio, o vereador Ronilson Lopes assume a presidência da Casa, permanecendo até o final do mandato, em 2008. Abaixo encontramos o quadro III que mostra como ficaram as bancadas durante o governo.

<b>Situação</b>	<b>Oposição</b>
<b>BOLO – PSB</b>	AJAX RAMOS – PSL
<b>WANDERLEI – PMDB</b>	HAROLDO BRITO – PSDB
<b>GOIANINHO – PT</b>	HOMERO – PT DO B
<b>GERSON BARROS – PMDB</b>	
<b>FREDSON CAL – PTB</b>	
<b>RONILSON LOPES – PDT</b>	

Quadro IV - COALIZÃO DE GOVERNO (2005-2008)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados na câmara.

Como mostra os quadros III e IV, além de eleger uma grande base para a Câmara nas eleições, elegendo a maioria absoluta dos vereadores, a prefeita eleita conseguiu trazer para a base aliada o vereador do PDT, Ronilson, garantindo assim 2/3 das cadeiras em sua base de apoio, o que garante inúmeras vantagens para o governo em reformas

administrativas e votações de interesse do mesmo.

No caso do vereador do PDT que passou a compor a base de governo, a presidência da câmara municipal no segundo biênio garantiu sua permanência e solidificação na base.

A oposição, fragilizada, nada pode fazer por conta da bem articulada e sólida coalização construída pelo governo, tornando seu papel apenas como meros denunciadores sem muita força para derrotar o governo em alguma situação.

### **2.3 As Eleições Municipais de 2008**

No segundo período desta pesquisa, as eleições foram realizadas com o Nilton Lopes de Farias, o Saci, sendo eleito em um pleito extremamente equilibrado, onde apenas dois candidatos concorreram e a diferença foi de 266 votos.

Saci, como é conhecido, antes de eleito exerceu um mandato de vereador e dois mandatos de vice-prefeito, consecutivos, onde pôde construir uma base eleitoral forte e transformar seu partido, o PT, no maior partido do município em número de filiados.

O PT de Saci segue sua forte articulação com partidos que outrora foram oposição ao governo da época, chegando a coligar com DEMOCRATAS e PSDB, algo improvável devido a distância ideológica e de programas partidários. Formou uma grande coligação que unificou grandes adversários políticos como o grupo de Jandira do Pilar e Francisco Ramos.

Entendemos que esta articulação se torna complexa a partir do momento em que apenas dois candidatos concorrem na eleição, sendo Jadir Nogueira, naquele momento no PMDB, seu único adversário, a eleição se torna polarizada e de extrema dificuldade para quem carrega consigo um desgaste natural de duas gestões consecutivas como vice-prefeito, ou seja, aos olhos da população uma continuidade da gestão Jandira.

É importante ressaltar que, naquele momento, PT e PMDB eram da mesma base política tanto no Governo Estadual quanto no Governo Federal.

Entretanto, a governadora Ana Júlia esteve duas vezes durante a campanha no município, enquanto Jader Barbalho que naquele momento havia rompido com Jandira do Pilar e declarou seu apoio ao novo filiado ao PMDB, Jadir Nogueira, mas não participou de nenhum ato político com o candidato de seu partido. Talvez por priorizar cidades com um núcleo populacional maior.

O quadro V mostra como ficou o resultado das eleições naquele ano.

CHAPA	COLIGAÇÃO	VOTOS / %
<b>NILTON LOPES DE FARIAS VICE: TALES MIRANDA</b>	PT, PSC, PDT, PSDB, PR, PSL, PC do B, PP, DEM, PP	7.875 50,86%
<b>JADIR NOGUEIRA RODRIGUES VICE: VADICO BARBOSA</b>	PMDB, PT do B, PPS	7.609 49,14%

Quadro V: RESULTADO DAS ELEIÇÕES 2008

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TRE

Como nota-se, apesar de todo o investimento do PT, tendo o apoio da máquina municipal, estadual e federal, a diferença foi de 266 votos em um universo de 15.484 votos.

Quanto a eleição para a câmara, podemos notar que o investimento foi o esperado e a estratégia teve sucesso conforme o quadro VI.

NOME/PARTIDO	COLIGAÇÃO	VOTOS
<b>GALILEU LOBO PSC</b>	PT, PSC, PDT, PSDB, PR, PSL, PC do B, PP, DEM, PP	717
<b>RONILSON LOPES PR</b>	PT, PSC, PDT, PSDB, PR, PSL, PC do B, PP, DEM, PP	565
<b>JARDEMAR LISBOA PPS</b>	PMDB, PT do B, PPS	526
<b>REIVALDO LEMOS PR</b>	PT, PSC, PDT, PSDB, PR, PSL, PC do B, PP, DEM, PP	581
<b>FREDSON CALL PR</b>	PT, PSC, PDT, PSDB, PR, PSL, PC do B, PP, DEM, PP	578
<b>CLODOALDO MENEZES PMDB</b>	PMDB, PT do B, PPS	433
<b>NAZARENO SOUZA PT</b>	PT, PSC, PDT, PSDB, PR, PSL, PC do B, PP, DEM, PP	433
<b>ZEZINHO DA COLÔNIA PT</b>	PT, PSC, PDT, PSDB, PR, PSL, PC do B, PP, DEM, PP	484
<b>ANTÔNIO BENEDITO PSL</b>	PT, PSC, PDT, PSDB, PR, PSL, PC do B, PP, DEM, PP	450

Quadro VI: VEREADORES ELEITOS EM 2008

Fonte: Elaborado a partir de dados do TRE -PA

Observa-se no quadro VI que a coligação vencedora da eleição majoritária, apesar da vitória apertada nesta, elegeu 7 dos 9 vereadores, o que teoricamente seria uma vantagem para a nova gestão, já que manteria um número de cadeiras equivalente a mais de 2/3 da câmara<sup>3</sup>.

O quadro VII nos mostra o desenho das bancadas de oposição e situação. Nele podemos observar que a câmara ficou bastante dividida, levando o presidente da casa a ter grandes poderes ante o executivo, pois seu voto passa a ser decisivo na maioria das votações. Haja visto que em caso de empate o presidente deve dar seu voto de minerva e desempatar.

SITUAÇÃO	OPOSIÇÃO
RONILSON LOPES – PR	GALILEU LOBO – PSC
NAZARENO SOUZA – PT	ANTÔNIO BENEDITO – PSL
ZEZINHO DA COLÔNIA – PT	CLODOALDO MENEZES – PMDB
FREDSON CALL – PR	JARDEMAR LISBOA - PPS
REIVALDO LEMOS – PR	

Quadro VII - COALIZÃO DE GOVERNO (2009-2012)

Fonte: Criado através de Dados sobre as manifestações dos parlamentares.

Esta formação, teoricamente deveria deixar as votações mais equilibradas, mas quando se verifica as votações fica claro que apenas em alguns casos é que há essa divisão, em grande maioria a aprovação é feita pela maioria dos presentes na sessão.

No segundo biênio, de Janeiro de 2011 a Dezembro de 2012, em uma eleição conturbada, anulada duas vezes, o vereador Galileu do PSC foi eleito para a presidência da casa, em uma vitória da oposição que poderia atrapalhar os planos de reeleição do prefeito a época.

É perceptível que durante o segundo biênio o governo passou a ter mais facilidade em sua relação com a câmara, primeiro que, apesar do voto na chapa de oposição na eleição, o vereador Ronilson Lopes se manteve na base de governo e o prefeito passa a negociar diretamente com o presidente da câmara e, como o mesmo possui o voto que pode desempatar as votações, quando necessário o fez.

---

<sup>3</sup> É importante lembrar que apesar do PSC ter o vice-prefeito e um vereador na câmara, o mesmo não consegue garantir o apoio do seu parlamentar ao governo, que sempre se declarava de oposição no plenário, mas que, apesar disso, votou junto aos vereadores da coalizão na maioria dos projetos apresentados pelo executivo e esteve ausente de outras votações mais polêmicas, o que beneficiava, inclusive, a base governista.



## 2.4 Formação de maiorias

O sistema Eleitoral-Partidário Brasileiro é pluripartidário e, digamos que, praticamente improvável, para não dizer impossível, que um partido vencedor nas eleições para o executivo vença as eleições para o legislativo com maioria das cadeiras (Abranches, 1988). O que causa, desde a formação de chapas nas eleições, um processo árduo de negociações e articulações para a garantia de espaços.

Amorim Neto (2000) atesta que a fragmentação e indisciplina partidária tornam o processo de formação de maiorias frágil para o executivo, lento e custoso para o mesmo e que pode comprometer o andamento das medidas propostas por ele.

O governo Jandira consegue obter êxito até o final do mandato essa coalizão, não levando em consideração as opções ideológicas dos partidos políticos. Isso fica claro com o rompimento de seu grupo com o PMDB de Jader Barbalho e a ida para o grupo de Valéria Pires Franco, vice-governadora na época, levando inclusive a maioria dos vereadores para a base de apoio da campanha de Almir Gabriel em 2006<sup>4</sup>.

No governo Saci, observa-se o primeiro grande problema quando dois vereadores eleitos pela coligação vencedora passam a compor a oposição. Kerbauy (2008) considera que a coalizão construída nas eleições não necessariamente é a mesma e garantida no jogo governativo.

Basicamente, os estudiosos até aqui analisados partem da ideia de que, em nível municipal, a maior parte dos vereadores parte para atuações de caráter meramente individuais. A explicação para esse fato é a da necessidade de buscarem apenas formas de reeleição, tornando o legislativo praticamente um homologador de propostas do Executivo, este possuindo os mecanismos suficientes para as devidas negociações e construção de coalizões.

No caso do governo Saci, pode-se notar que a perda prematura de dois aliados para a oposição ocorre devido a grande coligação com 10 partidos que não permitiu que o prefeito atendesse todos os acordos de campanha, devido ausência de espaço na máquina pública, especialmente de cargos no governo, para o atendimento de todos os grupos políticos que lhe apoiaram.

É inegável que, devido a pequena diferença de votos na vitória nas eleições, qualquer grupo deste que tivesse composto a chapa derrotada poderia levar a uma derrota da chapa vencedora, porém, leva-se em consideração que outras secretarias foram ocupadas por pessoas com perfil mais técnico e menos político, como a exemplo da Secretaria de Fazenda e a Assessoria de Comunicação.

O resultado disso foi visto na derrota na eleição para o segundo biênio da mesa diretora, onde o governo sai derrotado, como anteriormente abordamos.

---

<sup>4</sup> Com a não candidatura a reeleição de Simão Jatene (2006), o ex-governador Almir Gabriel foi o candidato do governo naquele momento. É importante ressaltar que da base governista apenas o vereador do PT não acompanhou Jandira na eleição estadual de 2006.

É importante observar que a relação da presidência da Casa com o prefeito, na segunda metade da gestão Saci melhorou com a ida de um vereador de oposição para a presidência, pois é possível observar que o prefeito passa a negociar pontualmente com o presidente e isso, inclusive, melhorou o relacionamento entre os dois, não sendo encontrados mecanismos que dificultem o andamento da produção legislativa e o andamento da agenda do governo municipal, tendo em vista que sem os entraves na mesa diretora da casa e com o voto do presidente não sendo obrigatório, o avanço foi nítido.

Sobre as escolhas das formas de construção de maiorias, Couto (1998) fala a iniciativa do executivo e suas estratégias e modalidades, onde as estratégias podem ser cooperativas ou conflitivas, instabilidade e estabilidade. O nascimento de uma instabilidade acontece quando o executivo resolve utilizar negociações pontuais para garantir maioria em votações de seu interesse, com estratégias de utilização de moedas de troca de todo tipo.

Uma coalizão fisiológica pode garantir uma estabilidade maior ao executivo, no entanto, isso quase sempre causa a abertura do governo para agrupar grupos ligados aos partidos ou parlamentares.

Em nosso estudo encontramos um governo mais fechado a coalizão fisiológica, garantindo uma estabilidade maior quanto a seus interesses, o que ocorreu no governo Jandira.

Do outro lado temos um governo que tentou inicialmente construir esta mesma situação, mudando de estratégia após derrotas na câmara, e passando a negociar pontualmente, principalmente com vereadores de oposição, a partir disso, sente-se certa tranquilidade na relação governo-câmara no decorrer da segunda metade da gestão Saci.

A título de comparação, o governo Saci demonstra maior liberdade e respeito aos vereadores e seu perfil ideológico, o que foi visto nas eleições estaduais de 2010 onde, com exceção dos vereadores do PT, todos os outros tiveram a liberdade optar pelas escolhas de suas direções estaduais, diferente da gestão Jandira, nas eleições estaduais de 2006.

### **3 I A RELAÇÃO EXECUTIVO-LEGISLATIVO E A PRODUÇÃO LEGISLATIVA**

Como mostra a bibliografia sobre estudos legislativos o poder de agenda do executivo permite com que ele aprove suas propostas com facilidade frente aos interesses do legislativo. Figueredo e Limongi (1999) ao tentar desmistificar que o legislativo é um entrave para o executivo, mostra que do ano 1989 ao ano de 1998, 78% dos projetos de lei encaminhados pelo executivo foram aprovados, o que pode ser considerado um sucesso e muito próximo das amostragens feitas em países parlamentaristas, onde a mesma é de 81,3%.

Os autores mostram que a questão partidária também não é o caos que acredita-se existir, pois as sinalizações das lideranças partidárias na câmara são respeitadas pelos

parlamentares.

No plano local, a despeito de não existirem as mesmas prerrogativas institucionais que no plano nacional observamos também que o executivo tem forte poder nas aprovações de leis. Isso se deve, segundo Kerbauy (2005), que a partir de 1988 o Brasil busca acompanhar a tendência internacional de valorizar os níveis subnacionais de governo, tornando os municípios mais independentes para aplicação de encargos relativos às políticas sociais e às ações de desenvolvimento local, o que deu maior capacidade de intervenção definitiva na construção da agenda de políticas públicas.

Com isso, além dessas mudanças permitirem que o poder legislativo passe a produzir mais, permite que o executivo passe a olhar com novos olhares para a relação com a câmara, forçando-o a participar efetivamente deste processo de construção de agendas de políticas públicas locais.

A partir da contribuição desses estudos iremos analisar as relações do executivo e do legislativo em Baião. Mas antes veremos primeiro o perfil socioeconômico dos vereadores.

### 3.1 A produção legislativa no Governo Jandira

Neste subcapítulo observaremos a produção da câmara municipal no quadriênio 2005 a 2008. O quadro a seguir expõe a produção legislativa em cada ano do quadriênio.

ANO	PROJETO DE LEI	LEI COMPLEMENTAR	TOTAL
2005	8 APROVADOS	-	8
2006	17 APROVADOS	1 APROVADA	18
2007	4 APROVADOS	2 APROVADAS	6
2008	14 APROVADOS	-	14

Quadro X: LEIS APROVADAS NA LEGISLATURA 2005-2008

Fonte: Elaboração a partir dos dados colhidos na câmara

É importante que observemos que a maioria das propostas aprovadas, no governo Jandira, partem da iniciativa do executivo, mesmo com o aumento da produção no ano de eleição municipal. O quadro XI mostra as leis aprovadas entre 2005 e 2008 e os propositores das mesmas:

ANO	EXECUTIVO	LEGISLATIVO	TOTAL
2005	8	-	8
2006	12	5	17
2007	5	1	6
2008	8	7	15

Quadro XI: PROPOSITORES DAS LEIS 2005-2008

Fonte: Elaboração a partir dos dados colhidos na câmara

Como é possível observar, apenas no ano de 2008 os parlamentares buscaram uma independência em sua produção, apresentando e aprovando leis visando a disputa eleitoral. No ano de 2007 há uma queda drástica da produção em relação ao ano de 2006, saindo de 17 neste ano para 6 em 2007.

### 3.2 A produção legislativa no Governo Saci

Da mesma maneira apresentada no subcapítulo anterior, neste que se sucede buscamos avaliar a produção da câmara na gestão Nilton Lopes (Saci). O quadro a seguir nos mostra como a mesma se deu.

ANO	PROJETO DE LEI	LEI COMPLEMENTAR	TOTAL
2009	9 APROVADOS	2 APROVADOS	11
2010	20 APROVADOS	-	20
2011	10 APROVADOS	2 APROVADOS	12
2012	15 APROVADOS	1 APROVADO	16

QUADRO XII: LEIS APROVADAS NA LEGISLATURA 2009-2012

Fonte: Elaboração a partir dos dados colhidos na câmara

Como fica claro, assim como na gestão anterior, os anos eleitorais tem um acréscimo considerável na produção legislativa neste período.

O quadro XIII traz o desenho da produção legislativa e seus proponentes, observando-se a massiva produção de iniciativa do poder executivo e confirmando a conclusão de que em anos eleitorais os parlamentares buscam produzir mais. Mesmo que ainda de forma tímida se levamos em consideração com o executivo.

ANO	EXECUTIVO	LEGISLATIVO	TOTAL
2009	10	1	11
2010	17	3	20
2011	11	1	12
2012	13	3	16

Quadro XIII: PROPOSITORES DAS LEIS 2009-2012

Fonte: Elaboração a partir dos dados colhidos na câmara

Como é possível observar, tanto na legislatura 2005-2008 quanto na legislatura 2009-2012 mais de 80% dos projetos de lei são de iniciativa do executivo, destacando a ausência de proposições do legislativo em alguns anos na gestão Jandira e uma participação maior na gestão Saci.

Caetano (2005) ao analisar a relação na cidade de São Paulo, defende que apesar dos números daquela cidade demonstrarem a predominância do executivo em aprovar suas pautas, o legislativo teve grande participação nas mesmas, com emendas, vetos e desmistifica a imagem da câmara como apenas utilizado para aprovação de projetos do executivo, mas no caso baionense, o que se observa é exatamente o inverso, onde fica claro o “executivismo” abordado por Abrucio (1995), onde a agenda legislativa é praticamente pautada na agenda governista.

No caso baionense a própria incapacidade técnica da câmara e falta de diálogo com a população torna a mesma exatamente o que Caetano diz não ser a câmara municipal de São Paulo.<sup>5</sup>

Em entrevista, o ex-prefeito Saci afirma que sua relação com a câmara ‘É difícil com todos os vereadores, existe muito pouca diferença, um ou outro que conseguimos dialogar pelo interesse maior e o resto basicamente é na linha da pressão. (Entrevista realizada em Março de 2017)

Sobre a sua visão acerca da produção legislativa: *‘É difícil, por exemplo, você encontrar algum projeto que seja de autoria do legislativo e quando fazem algo é através de requerimentos que muitas vezes são feitos depois que o governo executou, usando a linha de tirar proveito as ações do governo’.* (Entrevista realizada em Março de 2017)

A título de comparação, a câmara na gestão Jandira demonstrou uma submissão maior, sem grandes atribuições. No que concerne o governo Saci, por alguns momentos a câmara mostrou a tentativa de resguardar certa autonomia no processo decisório, o que

<sup>5</sup> Vale ressaltar que, assim como São Paulo, em Baião os prefeitos utilizaram frequentemente o mecanismo de aprovação através das dispensas de formalidades, mas é importante também levar em consideração que essas dispensas de formalidades partiam dos líderes de bancada, o que leva a crer que isso também era utilizado como mecanismo de barganha para atendimento de interesses e demandas da parte do governo.

fica bem claro na eleição da mesa para o segundo biênio, onde há uma clara intenção de quebra de padrão e levando, inclusive, a uma mudança nos mecanismos adotados pelo executivo para negociações a partir de então, sendo positiva para o mesmo.

Ao estudar o caso de Nova Iguaçu, Oliveira (1999) nota o problema que encontramos em Baião, onde a câmara, especialmente no governo Jandira, não conseguia executar e ordenar propostas relevantes devido a sua organização técnica-administrativa<sup>6</sup> e que muitas vezes eram agravadas pelo Regimento Interno. O reflexo disso é perante a sociedade.

### 3.3 Relação Executivo-Legislativo e as Reeleições

É consenso que o objetivo dos vereadores durante o mandato é a reeleição ou até mesmo alcançar a chefia do executivo ou um cargo a nível estadual e federal, mas é possível atestar em nossa pesquisa que no caso dos vereadores da legislatura 2005-2008.

A falta de autonomia em relação ao executivo, a dominância do executivo em relação as demandas solicitadas pelos vereadores, somadas a migração partidária, influenciaram diretamente no resultado das eleições, onde todos os vereadores 9 (nove) concorreram nas eleições, mas apenas dois obtiveram êxito.

Quanto aos vereadores da legislatura 2009-2012, dos nove vereadores, apenas Três vereadores não se reelegeram, sendo dois da oposição.

Constata-se, como discutido anteriormente, que os vereadores nesta segunda legislatura, ao buscarem uma autonomia maior perante o executivo, conseguiram lograr êxito em sua reeleição e na cooptação de demandas e ações junto ao executivo.

## 4 | CONCLUSÃO

Vivemos em um sistema plural em nosso país, no entanto, mesmo com o contato com trabalhos que explicam a relação em questão a nível federal, estadual e em cidades de grande porte, encontramos diferenças de pequenas proporções no que tange aos resultados, ou seja, se buscávamos uma diferenciação maior da relação executivo-legislativo nos deparamos com características idênticas, diferenciando apenas no modus operandi na ação dos atores.

A estratégias predominante utilizada pelos prefeitos foi a utilização de nomeações de pessoas para cargos na administração, inclusive de parentes, criando as coalizões fisiológicas de governo. Em situações de necessidade de negociações pontuais, a oposição foi indispensável na colaboração, mesmo com todos os conflitos.

É inegável que o governo Jandira conseguiu obter sucesso durante todo o mandato em sua relação com a câmara, garantindo vitórias em seus interesses e poucas crises, sem muita instabilidade, fazendo negociações alocativas dentro do quadro funcional da prefeitura, não se levando em consideração as discussões ideológicas e programáticas

6 Durante os dois períodos o corpo técnico da câmara foi formado por um assessor jurídico e um contador, os demais servidores da casa trabalhavam na parte estrutural. A partir disso podemos perceber a desvalorização do trabalho técnico, levando a desorganização até da numeração das leis aprovadas.

individuais.

Não se nota uma oposição muito rígida e com força para desestabilizar o governo, sendo absorvida pela coalizão construída, diferentemente do governo Saci em seu início tentou construir uma maioria na casa para não ter dificuldades na câmara, porém, não conseguiu manter a maioria absoluta dos vereadores eleitos em sua base, garantindo apenas uma maioria simples que seria ampliada na segunda metade com a mudança de estratégia utilizando negociações pontuais diretamente com a câmara e especialmente com a presidência, garantindo uma estabilidade melhor no segundo biênio do governo.

A oposição foi bastante rígida neste governo, conseguindo levar dificuldades ao executivo em diversos momentos, mas que foi quebrada apenas com o encurtamento da relação de um dos quatro opositores com o chefe do executivo.

Chama-nos atenção o fato de a produção legislativa e a manutenção das propostas do governo terem melhor desenvolvido neste segundo biênio, onde governo e câmara trataram de deixar diferenças ideológicas e partidárias de lado para produzir para o município.

Conclui-se nos estudos realizados que houve submissão do legislativo para o executivo, os padrões de organização da oposição foram frágeis na gestão Jandira, não conseguindo êxito, inclusive nas eleições, no entanto no governo Saci, apesar de os números mostrarem o mesmo padrão de dominância, a oposição foi um pouco mais rígida e por alguns momentos conseguiu levar dificuldades ao executivo, que ao mudar de a estratégia consegue tornar a oposição enfraquecida, inclusive levando à derrota nas urnas.

## REFERÊNCIAS

**ABRANCHES, Sérgio H. H. de.**, “Presidencialismo de Coalizão: O Dilema Institucional Brasileiro”. Dados, vol. 31, nº 1, pp. 5-38.

**ABRUCIO, F L., COUTO C G.** Governando a cidade? A força e a fraqueza da Câmara Municipal. São Paulo em perspectiva, 9 (2), São Paulo, 1995.

**AMORIM NETO, Octavio.** Gabinetes Presidenciais, Ciclos Eleitorais e Disciplina Legislativa no Brasil. (2002)

**ANDRADE, Régis de Castro.** Processo Decisório na Câmara dos Vereadores e na Assembléia Legislativa de São Paulo. In: ANDRADE, Régis de Castro (Org.). Processo de governo no município e no Estado. Edusp. São Paulo, 1998.

**CAETANO, Bruno.** Executivo e Legislativo na esfera local. Novos Estudos Cebrap, nº

**COUTO, Cláudio G.** Negociação, Decisão e Governo: Padrões Interativos na

**FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. LIMONGI, Fernando.** Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional / Argelina Cheibub Figueiredo e Fernando Limongi. — 2ª ed. — Rio de Janeiro : Editora FGV, 2001.

**JOFFRE NETO.** O Legislativo e o poder local. In: BENEVIDES, M. V. e outros (Org.).

**KERBAUY, Maria Teresa Miceli.** As Câmaras municipais brasileiras: perfil de carreira e percepção sobre o processo decisório local. *OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, v. XI, nº2, Outubro 2005.

**LOPEZ, Felix G.** A Política Cotidiana dos Vereadores e as Relações entre Executivo e Legislativo em Âmbito Municipal: O Caso do Município de Araruama. *Rev. Sociologia e Política*, 22 p. 153-177, jun. 2004

**PROTTI, André.** As relações entre o Executivo e o Legislativo no município de São Paulo: O poder local entre as gestões Erundina (1989-1992) até Serra/Kassab (2005- 2008). Orientado por M A Carvalho Teixeira. 2012.

**RANGEL, Alan.** Relação Executivo-Legislativo municipal brasileiro: produção dos Projetos de Leis em Salvador. *Revista Cadernos de Estudos Sociais e Políticos*, v.4, n.7, jan-junho 2015

**RANGEL, Alan.** Notas Sobre os Estudos Legislativos dos Municípios Brasileiros: As Diferentes Abordagens Metodológicas. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, vol. 4, n. 1-2, 2013.

Reforma política e cidadania. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

Relação Executivo-Legislativo e o Caso Paulistano. In: ANDRADE, Régis de Castro

**RUGGIERO JUNIOR, Nelson.** A atuação do vereador na Câmara Municipal de Araraquara: processo legislativo em dois momentos. 2005, 233 f. (Dissertação em C.Sociais) - Centro de Educação em Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005.

**SABBADO, Laís S.** PRODUÇÃO LEGISLATIVA E PODER DE AGENDA: comparando os governos de Pelotas (RS) entre 2001 e 2008. 8º Encontro da ABCP Gramado-RS, 01 a 04 de agosto de 2012.

**SANTOS, Fabiano.** Patronagem e Poder de Agenda na Política Brasileira. *Dados* vol. 40 no. 3. Rio de Janeiro, 1997.

**WEBER, Max.** *Ciência e Política: Duas Vocações.* São Paulo, Cultrix, s. d.

**WEBER, Max.** Os três tipos puros de dominação legítima. Tradução de Gabriel Cohen. Rio de Janeiro: Vguedes Multimídia, 2008.



## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Accountability 113, 115, 116, 117, 121, 122, 125, 127, 133, 135

América Latina 1, 2, 4, 7, 8, 9, 10, 115, 116, 132, 136, 139

### B

Brasil 2, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 39, 65, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 89, 93, 98, 99, 110, 118, 127, 128, 130, 131, 137, 139, 141, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 151, 162, 163, 168, 169, 174

Burocracia 53, 54, 57, 58, 63, 68, 75

### C

Capitalismo 3, 17, 19, 55, 56, 57, 59, 63, 129, 133, 162, 170

Carajás 153, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 161, 162, 163, 164

China 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 55

Colômbia 10, 11

Colonialidade 1, 2, 3, 8, 9

Conflitos 42, 43, 50, 79, 92, 135, 138, 153, 154, 155, 156, 158, 161, 162, 163

Controle social 4, 40, 111, 113, 115, 116, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 125, 137

### D

Democracia 5, 8, 37, 38, 39, 74, 75, 115, 118, 138, 141, 142, 143, 144, 145

Desigualdade 3, 6, 101, 130, 133, 135, 148, 168, 173, 174

Discurso 4, 6, 8, 10, 35, 37, 132, 133, 141, 142, 143, 144, 145

### E

Educação básica 128, 129, 131, 134, 136

Eleições 44, 48, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 92, 93, 116, 144

Elite 2, 4, 6, 10, 11, 148, 150, 151

Estado 2, 3, 4, 5, 7, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 18, 21, 24, 25, 26, 27, 28, 44, 47, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 65, 69, 73, 74, 76, 81, 82, 93, 97, 98, 99, 114, 115, 117, 118, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 140, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 157, 161, 162

Estado de exceção 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152

Estados Unidos 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 78, 137

Executivo 68, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 108, 138, 151, 154

## **G**

Gênero 3, 132, 165, 166, 167, 169, 171, 173, 174, 175

Globalização 1, 4, 5, 6, 8, 35, 133, 170

Golpe 146, 147, 149, 150, 151, 152

Governo 7, 20, 21, 23, 24, 27, 29, 30, 35, 36, 37, 38, 39, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 63, 66, 67, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 112, 113, 117, 135, 137, 138, 141, 142, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 152, 154, 167

Guerra 22, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 44, 48, 137

## **I**

Independência 8, 41, 45, 46, 47, 49, 90

Instituições 1, 2, 4, 5, 24, 26, 28, 29, 48, 49, 54, 65, 66, 70, 73, 76, 108, 109, 113, 115, 116, 126, 132, 135, 137, 138

Intersetorialidade 111, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 121, 124, 126, 127

Intervenção 31, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 46, 89, 126, 129, 136

Iraque 31, 35, 36, 37, 38, 39

## **J**

Jovem aprendiz 165, 166, 167, 171, 172, 173, 174

Justiça 8, 23, 146, 147, 148, 151, 159, 171

## **L**

Legislativo 77, 78, 79, 80, 81, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 108, 135, 151

Legitimidade 1, 3, 7, 53, 54, 55, 56, 62

## **M**

Mcdonaldização 53, 55, 59, 60, 61, 62, 63

Mentalidade 7, 10, 11, 34

Mercado de trabalho 24, 26, 27, 74, 117, 129, 165, 166, 167, 169, 170, 172, 173, 174

Mineração 153, 154, 155, 156, 157, 160, 161, 162, 163

Modernidade 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 53, 54, 55, 56, 63, 64

Movimentos sociais 115, 116, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 154, 171

## **O**

Ódio 141, 142, 143, 144, 145, 149, 150

ONG 136, 137, 166

ONU 24, 29, 36, 42, 45, 46, 52, 173, 175

## **P**

Participação 7, 24, 27, 28, 29, 57, 62, 63, 73, 81, 91, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 111, 114, 115, 118, 120, 121, 123, 124, 125, 126, 131, 133, 134, 138, 141, 142, 143, 144, 145, 165, 166, 169, 170, 172, 173, 174

Poder(es) 1, 2, 3, 4, 6, 8, 9, 10, 14, 15, 16, 17, 18, 32, 35, 36, 37, 41, 43, 44, 48, 49, 56, 58, 63, 67, 77, 78, 79, 86, 88, 89, 90, 94, 108, 115, 131, 133, 138, 141, 142, 143, 146, 147, 149, 152, 156, 170

Polarização 82, 141, 142, 143, 144, 145

Políticas públicas 20, 21, 29, 53, 69, 73, 76, 89, 95, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 131, 137, 138, 139, 175, 176

## **R**

Racionalidade 3, 53, 60, 62

Reformas administrativas 65, 66, 69, 71, 73, 76, 83

Refugiado(s) 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30

Refúgio 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30

Regime internacional 20, 21

## **S**

Saúde 21, 24, 25, 26, 27, 29, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 132, 133, 136, 139, 144, 148, 153, 171

Sociedade 1, 6, 7, 21, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 35, 43, 50, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 69, 74, 75, 92, 114, 115, 118, 124, 126, 127, 130, 131, 133, 135, 136, 137, 138, 141, 163, 165, 176

SUS 13, 16, 17, 112, 113, 114, 115, 116, 122, 125, 126, 127

## **T**

Taiwan 41, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52

Terceiro setor 128, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139

## **V**

Veja 31, 32, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 134

## **W**

Weber 17, 19, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 62, 63, 64, 94

- 🌐 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)
- ✉ [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)
- 📷 @atenaeditora
- 📘 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

# **Ciência Política:** **Poder e Establishment**

- 🌐 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)
- ✉ [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)
- 📷 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
- 📘 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

# **Ciência Política:** **Poder e Establishment**